



<b>ATA DE REUNIÃO</b> <b>Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de</b> <b>Atenção Prioritária ao 1º Grau.</b>	Data: 15.06.2020
---	------------------

## 1. Dados da Reunião

Data	Hora Inicial	Hora Final	Local
15.06.2020	14h00	17h30	Virtual

## 2. Participantes

Nome	Cargo e ou Setor
1. Des. Janete Vargas Simões – Presidente	Desembargadora – Presidente do Comitê
2. Thiago Albani de Oliveira Galveas	Juiz de Direito – Assessor Presidência
3. Rogério Rodrigues de Almeida;	Juiz de Direito – Corregedoria
4. Ricardo Furtado Chiabai	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
5. Marcelo Feres Bressan	Juiz de Direito – indicado pela Presidência
6. José Pedro de Souza Neto	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
7. Daniel Barrioni de Oliveira	Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados
8. Getúlio Marcos Pereira Neves	Juiz de Direito – escolhido pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;
9. Arion Mergar	Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;
10. Rita de Cássia Barcellos Almeida	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.- servidora indicada pela Presidência
11. Elson Gonçalves Júnior,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
12. Francisco Manoel Bittencourt,	Servidor eleito por votação direta entre os servidores
13. Ana Clara Davila Guedes	Servidora, escolhida pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;
14. Fabrício da Silva Cabidelli	Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio,	Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo
16. Maria Elysa Gonçalves de Souza	Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - Convidada
17. Marcelo Tavares Albuquerque	Secretário Geral - Convidado.

### 3. Pauta

Descrição
1. Resolução 219. Situação atual da implantação. 2. Condições orçamentárias e Financeiras; 3. Planejamento Estratégico.

### 4. Deliberações

Descrição
<p><b>A reunião foi iniciada com a fala da Desembargadora Janete Vargas Simões, oportunidade em que saudou os presentes e disse ter a certeza de o comprometimento de todos da equipe que ali se encontravam. Falou que são muitos os desafios que deverão ser enfrentados, especialmente relacionados com o momento em que estamos vivendo. Na sequência solicitou aos magistrados, Dr Getúlio Marcos Pereira Neves e ao Dr. Jose Pedro de Souza Neto que fizessem as suas apresentações, haja vista que ambos haviam comunicado a necessidade de se ausentarem. Iniciadas as apresentações, o Dr. Getúlio disse que faria uma apresentação de si, muito simples informando aos presentes que é o titular da Vara da Auditoria Militar, que a sua indicação foi do Tribunal, entre os magistrados inscritos e que está à disposição dos trabalhos necessários. Informou aos presentes que é Presidente da Comissão Permanente de Documentos do Tribunal. Seguindo a apresentação o magistrado Jose Pedro de Souza Neto disse que está lotado na unidade judiciária de Vargem Alta exercendo a magistratura por cinco anos. Disse que está muito feliz em compor o Comitê e que se coloca à disposição para o desenvolvimento dos trabalhos. Após, a Desembargadora Janete solicitou a Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, servidora Rita Almeida que explicasse o funcionamento do Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau. Dessa forma, a integrante do Comitê assim se manifestou: i) que o comitê, sua criação e constituição atende ao disciplinamento constantes nas Resoluções CNJ nº 194/2014 e 195/2014, com as suas alterações. Que a Resolução CNJ nº 194/2014 institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, de forma que impõe ao Comitê atuar para a promoção do alinhamento estratégico entre a política e os programas, projetos e ações. Deverá promover ações no sentido de equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos. Cuidar para garantir</b></p>



orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciárias da primeira instância, dentre outras atribuições constantes do artigo 2º da citada Resolução. Ainda ponderou que o Comitê está instituído para recepcionar as atribuições constantes da Resolução CNJ nº 195/2014, no que se refere à distribuição do orçamento entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição. Assim esta composição atende ao disposto no artigo 5º da Resolução CNJ nº 195/2014 que tem as atribuições fixadas por aquele artigo. A assessora Rita Almeida ressaltou que a opção do Tribunal de Justiça foi pela constituição de um único Comitê, conforme admite o artigo 6º da citada Resolução. Ainda como pressuposto de a atuação do Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau, a assessora discorreu sobre a Resolução CNJ nº198/2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário explicando a importância de um entendimento sistemático acerca do funcionamento do Poder Judiciário de forma a explicitar como o alcance de metas, os índices de produtividade, o atendimento aos requisitos do selo CNJ de qualidade, entre outros resultados estão diretamente relacionados com as ações de enfrentamento dos Macrodesafios fixados pelo Conselho Nacional de Justiça. A exposição foi finalizada com a informação de que está sendo finalizado o ciclo do planejamento estratégico 2015 – 2020 e os tribunais já estão sendo instados a iniciar a reflexão para o novo ciclo de Planejamento Estratégico 2021 – 2026. Encerada a apresentação, a palavra foi passada ao Dr. Thiago Albani que se manifestou destacando a importância do Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau, em função das tratativas que lhe são afetas. Ressaltou as mudanças trazidas pelo momento atual da pandemia do Covid. Falou sobre o momento da integração de Comarcas e ainda do segundo momento, o da unificação de unidades. Disse que a presidência precisa demais do Comitê, haja vista a necessidade de participação de todos. Disse ainda que o Comitê é constituído por um grupo seleto de pessoas. Em seguida houve a manifestação do Dr. Rogério Rodrigues de Almeida, representante da Corregedoria Geral de Justiça, oportunidade em que falou se tratar de uma honra a sua participação no Comitê e que está para colaborar no que for necessário, especialmente porque a Resolução 219 do CNJ há muito tempo vem sendo discutida. Disse ainda que é juiz na 1ª Vara de Órfãos e Sucessões de **XXXXXX**. Na sequência se apresentou o servidor Elson Gonçalves Júnior que disse ter muita expectativa em relação ao Comitê e espera poder contribuir respondendo aos anseios dos servidores. Em seguida se manifestou o magistrado, Dr. Daniel Barrioni, oportunidade em que após saudar a todos, elogiou a Desembargadora Janete pois “era a pessoa certa no lugar certo”. Ressaltou que 90 por cento do acervo de processos do Tribunal vem do 1º Grau de jurisdição. Disse que espera contribuir com a engrenagem Poder Judiciário. Apresenta a sugestão para criar um cronograma, objetivando orientar as ações do Comitê. Disse que é juiz substituto em Cariacica. Na sequência se apresentou o servidor Francisco Manoel Bittencourt, oficial de justiça da Serra. Disse do seu envolvimento com o tema Resolução CNJ nº



219 há muito tempo e que também espera contribuir para as atividades do Comitê. Dr. Marcelo Bressan se apresentou. Juiz na 3ª Vara Criminal de Colatina, é gestor de Metas e compõe como membro o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação. Ressaltou a sua intenção de auxiliar os trabalhos do Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau e que o considera talvez o mais importante. Como representante indicada pelo Sindicato de servidores do Poder Judiciário do ES, a servidora Lavínia Vieira de Andrade Waichert disse que é diretora jurídica do sindicato e que espera contribuir como membro do Comitê. A servidora Ana Clara Davila Guedes disse que foi escolhida pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos, sendo que alcançou o terceiro lugar nas eleições. Disse acreditar que a sua indicação se deve a suas participações nas equipes técnicas da Resolução CNJ nº 219 e da Integração de Comarcas. Na sequência, se manifestou o convidado, Secretário Geral, Marcelo Tavares Albuquerque. Disse que está no cargo desde 2015 e que, nesta oportunidade estava presente para apresentar o tópico 1 da pauta. Depois, o Dr. Ricardo Furtado Chiabai se manifestou. Disse que antes da assunção da magistratura foi auditor do Tribunal de Contas por nove anos. Também se manifestou que está à disposição. A assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica Maria Elysa Gonçalves de Souza, presente à reunião, como convidada, se apresentou e disse compor a assessoria juntamente com a servidora Rita Almeida e que desenvolve as atividades da área orçamentária enquanto aquela as de planejamento estratégico em função da divisão de tarefas no âmbito da APOGE. Disse ainda que está à disposição do Comitê. Finalizando as apresentações se seguiram: o servidor Fabrício da Silva Cabidelli que foi indicado pelo Sindicato de servidores do Poder Judiciário do ES e se manifestou dizendo que espera contribuir. Por fim manifestou-se o magistrado, Dr. Arion Mégar, indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo que teceu elogios a desembargadora Janete Vargas Simões, disse estar ponto para os trabalhos e que considera a participação no Comitê muito importante. A Desembargadora Janete retomou a palavra para então dizer que eram todos bem-vindos e dar continuidade a reunião com a apresentação pelo secretário geral do primeiro ponto de pauta. Nesse momento o servidor Elson pediu licença para apresentar uma questão de ordem, portanto, anterior a pauta. Concedida a palavra, assim dispôs o servidor: que a Portaria do TJES, designando os membros do Comitê já com a indicação da coordenação, estava em desacordo com a Resolução CNJ nº 194/2014, informando conforme explicitado no parágrafo 1º do art.5º da Resolução 194 do CNJ. Explicou que a coordenação deveria ser escolhida na primeira reunião. Ainda questionou o critério de paridade para a participação de servidores e magistrados. A servidora Lavínia acentuou, concordando com a questão de ordem que realmente para início dos trabalhos seria necessário a readequação do Comitê. A servidora Lavínia pediu que constasse em ata a sua fala e informou que o Sindicato havia feito requerimento à Presidência do TJ solicitando reunião para adequação da composição do comitê, visto que o coordenador deveria ser eleito, bem como



não estava sendo observado a simetria na representatividade. Fez constar aos presentes que o sindicato não obteve retorno e que o pedido foi reiterado, sem resposta. A servidora, representante do sindicato finalizou a sua fala indicando que um dos aspectos norteadores do comitê era fomentar a participação de magistrados e servidores, favorecendo a democratização. O servidor Elson retomou a palavra para também argumentar sobre a participação (assento) do Sindicato dos Oficiais de Justiça no Comitê, segundo ele conforme explicitado no paragrafo 7º do art. 5º da Resolução 194 do CNJ e reafirmou que lhe parecia que o princípio da simetria não estava sendo cumprido, levando-se em consideração a participação de magistrados e servidores. Os servidores Francisco e Elson disseram que, embora fossem oficiais de justiça não estavam no Comitê como representantes da categoria e que defendiam a participação do Sindioficiais. Disseram que eram Oficiais de Justiça e não representam especificamente os Oficiais de Justiça, mas sim todo o conjunto dos servidores. A Desembargadora Janete disse que a composição do Comitê foi decidida pela Administração do Tribunal e não se opunha a colocação em votação quanto à coordenação do Comitê, oportunidade em que o Dr. Thiago Albani tomou a palavra e disse que a Desembargadora foi colocada como coordenadora a convite do Presidente do Tribunal. Ainda perguntou aos presentes que, na expectativa de uma votação da coordenação se algum presente tinha objeção ao nome da Desembargadora Janete Vargas Simões. Todos se manifestaram favoravelmente e o servidor Elson disse nada se opor e que entende que a Desembargadora tem toda a capacidade para exercer a coordenação. Ressaltou que a sua fala ia ao encontro de compatibilizar a Portaria do TJES com a Resolução do CNJ. Transposta essa questão foi colocada em votação a participação do Sindicato dos Oficiais. Assim, aptos a votar se manifestaram A FAVOR da entrada do Sindioficiais, os servidores Francisco Manoel Bittencourt e Elson Gonçalves Júnior. Votaram CONTRA a participação do Sindicato dos Oficiais, a servidora Ana Clara Davila Guedes e Rita de Cassia Barcellos Almeida e os magistrados Dr. Marcelo Ferres Bressan e Daniel Barrioni de Oliveira. A assessora Rita Almeida pediu a palavra e disse: a simetria entre magistrados e servidores foi respeitada por ocasião da escolha dos quatro representantes de cada categoria. Lembrou que a participação dos magistrados de primeiro grau é que não pode ser inferior a participação de desembargadores, respeitando assim a paridade entre o primeiro e o segundo graus. Ressaltou que a participação da presidência na pessoa do juiz Assessor e a da Corregedoria também com a participação de um magistrado é escolha da mesa diretora sendo-lhe facultada essa premissa e que esta escolha não rompe com a paridade. Destacou que o Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau tem atribuição contribuir para a implantação das ações relacionadas com a política, não sendo por excelência instancia decisória e sim de aconselhamento e acompanhamento, imbuído da responsabilidade de subsidiar a Administração com estudos e interlocuções com a Rede de Governança Colaborativa. Por fim ressaltou que os representantes do Sindicato de Servidores do Poder Judiciário e os representantes da





**Associação de Magistrados não tem direito a voto, conforme preconiza o parágrafo 7º do Artigo 5º da Resolução CNJ nº 194/2014. Ultrapassadas essas questões de ordem foram iniciadas as discussões dos pontos de pauta.**

**Item 01 Resolução 219. Situação atual da implantação** Para apresentação deste ponto de pauta foi convidado o Secretário Geral, Senhor Marcelo que discorreu sobre o andamento da Resolução CNJ nº 219/2014, o que já foi feito. Explicou o objetivo da resolução e os critérios objetivos para a distribuição de servidores. De acordo com a decisão do Desembargador Zardini, presidente anterior do Comitê estabeleceu duas frentes de trabalho: uma relacionada com os estudos de integração de comarcas e outra relacionada com a Resolução CNJ nº 219/2014. Assim, conforme documentos anexos a apresentação foi realizada. Sobre as providências necessárias elencadas pelo Secretário Geral, dentre elas se destacam: i) Adaptação do sistema de apoio para possibilitar a Secretaria de Gestão de Pessoas a implantação das alterações advindas. ii) Encaminhamento do Projeto de Lei à Assembleia Legislativa e iii) Revisão dos termos da Resolução nº 16/2017 para a atualização dos dados. Marcelo, ainda ponderou que, em paralelo a integração de comarcas terá um impacto significativo e será necessária uma avaliação. O servidor Francisco ponderou sobre a antiguidade e a necessidade de publicação de nova lista. Observou que há um Pedido de Providências para pagamento de ajuda de custo aos servidores que serão deslocados. O Secretário Geral esclareceu que algumas providências estão caminhando em paralelo, como por exemplo, os estudos relacionados com o trabalho remoto e que dessa forma pode ser que nem será necessário dispendir recursos com a ajuda de custos. Finalizada a apresentação e confirmada a disponibilização dela, como parte integrante desta ata, a desembargadora Janete, objetivando introduzir o ponto 2 da pauta solicitou ao Dr. Thiago Albani que falasse sobre a realidade orçamentária. Dr. Thiago, então iniciou falar que em janeiro a despesa de pessoal representava 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida. Ainda ponderou a existência de disponibilidade de caixa. Informou, contudo que em 2016 a receita do Fundo atingiu 160 milhões de reais e por outro lado a projeção para 2020 será somente de 85 milhões de reais. Informou aos presentes que no ano de 2019, o FUNEPJ já teve uma queda de arrecadação alcançando 109 milhões. Disse que no ano de 2020, a situação está muito difícil e especialmente registrou a intenção do Poder Executivo em promover alterações na Lei Complementar nº 46/94, o que implicaria em cortar algumas conquistas tais como o ATS, Assiduidade, Férias Premio, etc. Explicou que o Presidente do Tribunal, juntamente com os outros poderes conseguiu defender os servidores. Entretanto ainda assim, o orçamento do PJES sofreu um corte na casa de 4% (quatro por cento). Dr. Thiago ainda discorreu sobre os investimentos necessários em Tecnologia da Informação, para troca de equipamentos, a implantação do Processo Judicial Eletrônico até o ano de 2021 em todo o estado. Falou sobre a esperada economia projetada com a integração de comarcas. O Dr Thiago ainda falou sobre a implantação do home office e capacitação. Após a fala do D Thiago, O Dr. Rogério Almeida solicitou licença para se retirar porque teria uma outra reunião virtual na Corregedoria Geral de Justiça. Ao ensejo da saída do magistrado, a Desembargadora Janete Vargas Simões, fazendo uso da palavra registrou que delibera na coordenação do Comitê que tanto o Dr. Thiago, representando a Presidência, quanto o Dr Rogério,



representando a Corregedoria exercerão direito a voto nas questões trazidas ao Comitê Gestor Regional Orçamentário e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau. Após foi passado para o item 2 da pauta a ser apresentado pela Assessora Maria Elysa.

**Item 02 Condições orçamentárias e Financeiras:** A assessora Maria Elysa iniciou a sua apresentação explicando que o Orçamento do Poder Judiciário do Estado do ES é composto por duas unidades orçamentárias: i) *Unidade Tribunal de Justiça - TJ*, de fonte de arrecadação do tesouro, dependente dos repasses duodecimais do Governo do Estado e que responde pelas despesas classificadas como de pessoal (subsídios, vencimentos, obrigações patronais, entre outras), auxílios (alimentação, saúde, creche), capacitação (treinamentos), indenização de transporte dos oficiais de justiça e bolsa/auxílios de estagiários, sendo as duas últimas re-transferidas à responsabilidade da unidade desde o exercício de 2019 e ii) a *Unidade Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ*, de fonte de arrecadação própria e direta, conforme receitas previstas na Lei Complementar Estadual nº 219/01 e suas alterações (taxas e custas processuais, 1 / 10 sobre os atos praticados pelas serventias não oficializadas, rendimento dos depósitos judiciais, entre outras).Explicou que essa fonte subsidia todas as demais despesas de custeio e investimento do Poder Judiciário, como as relativas a infraestrutura (água, luz, telefone, correios, limpeza, transporte, almoxarifado, patrimônio) tecnologia da informação, engenharia (obras e reformas de ampliação e manutenção), segurança, comunicação, diárias e passagens aéreas (extra capacitação), além de outras. Com relação a distribuição dos recursos entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição, somando-se as duas fontes de recursos se tem: i) 83,87 % (oitenta e três vírgula oitenta e sete por cento) para o primeiro grau de jurisdição e 16,13% (dezesseis vírgula treze por cento) para o segundo grau de jurisdição, explicou Maria Elysa. Na sequência de sua apresentação, a assessora Maria Elysa discorreu sobre o cenário projetado para o ano de 2020 e de acordo com o que se projeta, mantidas as condições atuais, de março (no início da pandemia) até dezembro de 2020 a receita do Fundo atingirá apenas 59 milhões de reais. Concluiu que o cenário não é bom. De acordo com o próprio Tribunal de Contas do Estado há uma estimativa de perda na casa de 30% (trinta por cento).Foi informado ainda que não se conhece qual o teto orçamentário para o ano que vem. Disse que os desafios são gigantes. Registrou que as dificuldades com os recursos do Fundo se anteciparam. Será necessário que todos os setores do Tribunal compreendam a situação. Ponderou que dificilmente será possível, por exemplo a toca de computadores. O Secretário Geral, complementando a informação disse que mesmo a previsão de 119 milhões de arrecadação para o ano de 2020 já contempla uma despesa fixada maior. Ainda confirmou que as dificuldades são muito grandes. Retomando a palavra a Assessora Maria Elysa falou que os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal serão ultrapassados. A servidora Lavínia perguntou se os estagiários são pagos pelo Fundo ou pelo Tesouro, ao que Maria Elysa respondeu que até o ano passado era o Fundo, contudo em abril de 2019 foi transferido para o TJES, assim como a indenização de transportes dos oficiais de justiça. Acerca do número de estagiários foi informado que a presidência já está envidando esforços para diminuir. A Desembargadora Janete se manifestou para dizer que o momento atual está



muito incerto. Disse da necessidade de se tomar conhecimento da situação. Ressaltou que a integração de comarcas pode se apresentar como uma alternativa viável para o Tribunal neste momento em que se precisa economizar. Disse ainda que para iniciar o processo de implantação da integração de comarcas o presidente do TJES deverá escolher algumas comarcas que causem menos impactos de forma a ampliar o diálogo com todos os magistrados para conhecer o tamanho do problema. Estabelecer o menor grau de impacto. O servidor Francisco elogiou a apresentação da assessora Maria Elysa e lhe perguntou se o tribunal perdeu receita. Maria Elysa explicou como funciona a elaboração dos cálculos do executivo. Disse que são levados em consideração a receita prevista e a previsão de crescimento. A servidora Lavínia perguntou sobre o aporte. Como ele é considerado? Então Maria Elysa discorreu sobre a origem do aporte e porque não se consegue colocar no orçamento o aporte na totalidade necessária. Neste aspecto o secretário geral falou sobre a decisão da Secretaria do Tesouro Nacional em entender que o aporte deve ser computado na sua totalidade para efeitos fiscais. Disse ainda que o Governo do Estado do Espírito Santo obteve liminar para o não computo total, mas que essa decisão é frágil. O Dr. Ricardo Chiabai elogiou a apresentação e perguntou sobre o superávit do fundo o que Maria Elysa explicou. A Desembargadora Janete retomou a palavra para, em sede de finalização da reunião, registrar que será necessário, pelo menos até outubro de 2020 para a finalização dos trabalhos de divulgação da lista de antiguidade dos servidores. Perguntou até que ponto o sindicato dos servidores do Poder Judiciário poderá auxiliar o TJES. Propôs aos presentes que ficasse marcada nova reunião para o dia 01 de julho de 2020 as 13 horas.

Item 03 Planejamento Estratégico Este ponto de pauta não foi abordado.

## 5. Aprovação

Nome	Assinatura
1. Des. Janete Vargas Simões– Desembargadora – Presidente do Comitê	
2. Thiago Albani de Oliveira Galveas Juiz de Direito – Assessor Presidência	
3. Rogério Rodrigues de Almeida Juiz de Direito – Corregedoria	
4. Ricardo Furtado Chiabai Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;	
5. Marcelo Feres Bressan Juiz de Direito – indicado pela Presidência	





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6. José Pedro de Souza Neto Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados	
7. Daniel Barrioni de Oliveira Juiz de Direito - eleito por votação direta entre os magistrados	
8. Getúlio Marcos Pereira Neves Juiz de Direito – escolhido pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos;	
9. Arion Mergar Juiz de Direito - indicado pela Associação dos Magistrados do Estado do Espírito Santo;	
10. Rita de Cássia Barcellos Almeida Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica.- servidora indicada pela Presidência	
11. Elson Gonçalves Júnior, Servidor eleito por votação direta entre os servidores	
12. Francisco Manoel Bittencourt, Servidor eleito por votação direta entre os servidores	
13. Ana Clara Davila Guedes Servidora, escolhida pelo Tribunal de Justiça, a partir da lista de inscritos	
14. Fabrício da Silva Cabidelli Servidor indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.	
15. Lavínia Vieira de Andrade Waichert Lyrio, Servidora indicada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo	
16. Maria Elysa Gonçalves de Souza Assessora de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica. - Convidada	
17. Marcelo Tavares Albuquerque Secretário Geral - Convidado.	